



JULGAMENTO DE
RECURSOS ADMINISTRATIVOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 103/2020

TOMADA DE PREÇO Nº 001/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA E REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA FRANCISCO FERREIRA MENDES NO BAIRRO DA PONTE NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.

Trata-se de resposta aos recursos administrativos apresentados pelas empresas:

- 1. ELITON LUIZ LOPES BARROS - ME**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 18.627.821/0001-44;
- 2. TITANIUM ENGENHARIA EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 20.103.907/0001-93.

Conforme consta nos autos, as licitantes apresentaram recurso no prazo legal.

1. DAS QUESTÕES PRELIMINARES

Cumprido dizer, desde logo, que as decisões tomadas no contexto deste processo administrativo, cujo instrumento convocatório é o edital da Tomada de Preço de nº 001/2020, estão em perfeita consonância com os ditames da lei, tendo sido observada a submissão aos princípios da Legalidade, da Razoabilidade, Celeridade e Eficiência.

Partindo deste entendimento, a Administração deve atuar primando não somente pela Legalidade como também pela Celeridade em todos os seus cometimentos, neles incluídos os processos licitatórios. O interesse público demanda a eficiência da Administração, a qual deve mostrar-se pronta tanto para acudir as demandas da sociedade como para suprir as próprias necessidades.

2. DOS RECURSOS APRESENTADOS PELAS EMPRESAS



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
CNPJ 03.648.540/0001-74



O recurso interposto pela empresa ELITON LUIZ LOPES BARROS - ME, se deu em decorrência da decisão da Comissão Permanente de Licitação, ao julgar inabilitada as signatárias do Edital da Tomada de Preço nº 001/2020, adotando como fundamento para tal decisão, o fato da Recorrente deixar de atender o "item 7.10.2" do edital, o qual trata da qualificação técnica.

A empresa ELITON LUIZ LOPES BARROS – MT , comprou via atestado que tem capacidade técnica em serviços de Engenharia Civil em seu atestado, tanto Operacional como Profissional , veja em anexo - O Atestado de Capacidade Técnica Operacional expedida pela Prefeitura Municipal de Diamantino, ela tem a comprovação que empresa fez 39 unidade de BOCA DE LOBO TAMPA DE CONCRETO 10CM, PISO DA BOCA DE LOBO DE CONCRETO 8,CM, além também foram feito 5 POÇO DE VISITA COM TAMPA DE CONCRETO 90X1,50X80CM e FUNDO(PISO) DE CONCRETO, conforme comprovado em

FORTE. 03 3 3336-6400, 03 30400-0000 e-mail: prefeitura@diamantino.mt.gov.br

anexo o ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA OPERACIONAL, o mesmo foi feito realizado DISSIPADOR COM PAREDES DE TIJOLOS E EMBOLSO E PISO DE CONCRETO COM PEDRAS no total 02 unidade, o qual apresentada nos documentos de habilitação ela possui construção de 39 bocas Tampa de Boco de Lobo em Concreto devidamente construída onde e (calçada) os diâmetro das tampa em concreto com estrutura de ferros de 1.30 X 1.40 na Rua principal do Bairro Bento Porto feito em tampa de concreto e ferragem que estão construída onde e terreno de calçada se somar $1.30 \times 1.40 = 1,82$ cada se multiplica $1,82 \times 39,00 = 70,98 \text{ M}^2$, as 39 boca de lobo tem piso de concreto de $1,10 \times 1,10 = 1,21 \text{ M}^2$ se multiplica $1,21 \times 39 \text{ Boca} = 47,19 \text{ M}^2$ de piso de concreto, mais construção do PV (Povo de visita), Piso tampa de concreto cada um tem $1,50 \times 1,50 = 2,25 \text{ m}^2$ cada se multiplicar por $2,25 \times 5,00 = 11,25 \text{ M}^2$, Piso de concreto dos PV (Poço de Visita) $1,30 \times 1,20 = 1,56$ multiplica pela quantidade 5 poço de visita feita = $7,80 \text{ M}^2$ total, mais Dissipador com Em pedras Argamassa Espessura de 6cm e M^3 . somando construção de concreto tampa de concreto da boca de lobo $70,98 \text{ m}^2$ + do piso de concreto da boca de lobo de $47,19 \text{ m}^2$ + tampa de concreto dos PV (poço de visita) $11,25 \text{ m}^2$, mais piso de concreto de poço de visita $7,80 \text{ m}^2$, total de concreto feito $137,22 \text{ M}$, e suficiente o qual esta de acordo sim com Edital Tomada de Preço de N. 001/2020 e qual atendeu o item 7.10.2 , e em nenhum momento a empresa deixou de apresentar atestado compatível tanto da empresa como do profissional o qual e responsável pela execução e acompanhamento, neste sentido quanto a exigência do atestado operacional da empresa que abaixo escreve-se um parecer técnico provido pelo conselheiro baseado no (CONFEA também, quanto a execução e exigência e do profissional da empresa.)

Em face de o exposto REQUERER que seja a HABILITADO e julgada improcedente, a decisão de Inabilitar a Empresa por decisão desta Comissão da CPL da Prefeitura de Diamantino Edital 001/2020, após parecer do Engenheiro Sanitarista desta Prefeitura, o qual deveria ter dado o parecer o Engenheiro Civil o qual caracteriza a obra a ser EXECUTADO qual e a competência técnica por se tratar de construção Civil e não por Engenheiro Sanitarista.



Menciona ainda que, mesmo o edital estando contrário ao entendimento do CONFEA a empresa entregou o atestado de capacidade técnica nas condições e que solicita o edital.

já quanto ao recurso interposto pela empresa TITANIUM ENGENHARIA EIRELI, alega que a Comissão Permanente de licitação desclassificou a empresa por apresentar os documentos em desacordo, não atendendo ao item **7.9.7** do edital, e deixou de apresentar as declarações referentes ao anexo XIV, XV, XIX e XX do edital sendo a empresa inabilitada do certame.

Ao final, solicita da digna Comissão Permanente de Licitação, a habilitação da empresa TITANIUM ENGENHARIA para próxima fase do certame, em respeito ao interesse público, obtenção da proposta mais vantajosa à Administração, e maior participação de empresas no certame.

3. DA ANALISE DO RECURSO

De início ressaltamos que no procedimento licitatório, desenvolvem-se atividades com observância ao princípio da estrita vinculação ao instrumento convocatório e é, por ditas razões, de extrema relevância na prática das licitações, digamos, o marco para que uma licitação posta ou instaurada vá até o final com a Administração Pública e os particulares licitantes, envolvidos nesse procedimento, sabendo o que vai e como vai acontecer a cada instante. Sob esse prisma é salutar que as exigências editalícias não firam a legislação, em obediência aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, economicidade, probidade administrativa, conforme disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/93.

O processo administrativo licitatório é regido pela Lei 8.666/93, que prevê em seu artigo 3º:

"A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para administração e a promoção do desenvolvimento nacional, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade da publicidade, da probidade administrativa, da



vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes aos correlatos."

Como todo ato administrativo, a licitação é um procedimento formal. A formalização obrigatória eleva a licitação ao patamar de processo administrativo.

A Lei de Licitações é a regra no procedimento licitatório, pois trouxe à Administração brasileira grandes avanços, sobretudo quanto ao aspecto da moralização dos processos de aquisição de bens e serviços. Esta lei conferiu ao edital de um procedimento licitatório o status de lei.

O Edital da licitação tem força legal e vincula os atos e contratos, devendo o mesmo se respeitado. "O princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame, como aliás, está consignado no art. 41 da Lei 8.666."

É pacífica na doutrina e na jurisprudência a lição que o edital faz lei entre as partes. A mestre Maria Sylvia Zanella Di Pietro nos ensina sobre o tema:

"Quando a Administração estabelece, no edital, ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial do da igualdade entre os licitantes, pois aquele que prendeu os termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou. Também estariam descumpridos os princípios da publicidade, da livre competição e do julgamento objetivo com base em critérios fixados no edital."

É o que posiciona a jurisprudência do STJ:



"A Administração Pública não pode descumprir as normas legais, tampouco as condições editalícias, tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (Lei 8.666/93, art.41) REsp nº 797.179/MT, 1ª T., rel. Min.Denise Arruda, j. em 19.10.2006, DJ de 07.11.2006)".

Tanto a administração quanto o particular estão vinculados aos ditames impostos no edital, nenhuma das partes pode esquivar-se do cumprimento das regras ali determinadas, sob pena de impugnação do ato. Essa determinação está gravada no art. 41 da Lei n.º 8.666/93, como mandamento que deve ser seguido pela Administração Pública, senão vejamos: "A administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". Esse também é o entendimento do prestigiado constitucionalista Celso Antônio Bandeira de Mello, senão vejamos:

O edital constitui-se no documento fundamental da licitação. Habitualmente se afirma, em observância feliz, que é a sua lei interna. Com efeito, abaixo da legislação pertinente à matéria, é o edital que estabelece as regras específicas de cada licitação. A Administração fica estritamente vinculada às normas e condições nele estabelecidas, das quais não pode se afastar.

Não se pode olvidar de que, o edital estabeleceu todas as informações necessárias para que os participantes pudesse apresentar os documentos de habilitação, bem como, formalizar suas propostas, não sendo constatado qualquer exigência sem que estivesse contido na legislação que rege as licitações, contendo os procedimentos para todas as fases, (interna/externa).

A habilitação é a fase do processo da licitação pública onde a Administração avalia o licitante, precisamente se ele detém ou não as condições reputadas indispensáveis para garantir o que foi vinculado ao edital. Para proceder a habilitação no referido certame, a Administração exige rigores para apresentação de documentos garantido o princípio da competitividade e moralidade, se um licitante convocado a apresentar documentos cumpri parcialmente o que foi solicitado, deve ser inabilitado.



Portanto, as regras previstas no Edital devem ser religiosamente observadas pelos licitantes, bem como pela própria Administração Pública.

Passando ao mérito, analisando cada ponto discorrido na peça recursal das RECORRENTES, com a legislação e com os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais correlatos, exponho abaixo as medidas adotadas e as ponderações formuladas que estão a fundamentar a decisão final.

Assim, passaremos a análise individual de cada ponto elencado nos recursos que foram apresentados, vejamos:

4.1. ELITON LUIZ LOPES BARROS – ME

Após recebido o recurso apresentado pela empresa acima, e por se tratar de obras, sendo matérias estritamente técnica, foi encaminhado ao departamento de engenharia da prefeitura para que os profissionais se manifestasse sobre as alegações apresentadas, através de um parecer técnico sobre o item debatido pela empresa.

Trata-se o item 7.10 do edital da **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, mais especificadamente em seu subitem 7.10.2 – Quanto à capacitação técnica-operacional: apresentação de um ou mais Atestados de Capacidade Técnico Operacional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado com identificação, em nome da licitante, para fins de comprovação de que a mesma tenha executado, com grau compatível em características, quantidade e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação (...).

A requerente alega que, cumpriu com a previsão legal e regulamentar, apresentando atestado de acordo com o edital e que a análise foi realizada por profissional não habilitado (engenheiro sanitário), tendo a comissão de licitação cometido irregularidade.

Desta forma, em razão do exposto entendemos que as razões da empresa impugnante não merecem ser acatadas, como restara demonstrado a seguir.



Importante destacar que a exigência prevista no item 7.10.2, está relacionada ao disposto no art. 30 da lei de licitações, neste sentido é válido recordar que a qualificação técnica a ser comprovada nos certames licitatórios divide-se em **capacidade técnico-operacional** e **capacidade técnico-profissional**.

Observar que o edital no subitem 7.10.2, requer que os licitantes apresente os documentos quanto a Qualificação Técnica:

7.10 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.10.2 - **Quanto à capacitação técnico-operacional:** apresentação de um ou mais Atestados de Capacidade Técnico Operacional, fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado com identificação, em nome da Licitante, para fins de comprovação de que a mesma tenha executado, com grau compatível em características, quantidades e prazos com objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, a saber:

Ressalto que, a solicitação inserida no instrumento convocatório está fundamentada e amparada na Resolução nº 1.121/2019 do CONFEA e no art. 30 da Lei 8.666/93, vejamos:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito



público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

Neste sentido, analisando as razões do recurso, bem como, um estudo sobre a legislação aplicada ao caso, entendemos que é possível exigir a comprovação da **capacidade técnico-operacional** da empresa licitante.

Invocando a Corte Superior de Justiça, citamos o seguinte julgado que corrobora o alegado:

"Administrativo. Procedimento Licitatório. Atestado Técnico. Comprovação. Autoria. Empresa. Legalidade.

Quando, em procedimento licitatório, exige-se comprovação, em nome da empresa, não está sendo violado o art. 30, §1º, II, caput, da Lei nº 8.66/93. É de vital importância, no trato da coisa pública, a permanente perseguição ao binômio qualidade e eficiência, objetivando não só a garantir a segurança jurídica do contrato, mas também a consideração de certos fatores que integram a finalidade das licitações, máxime em se tratando daquelas de grande complexidade e de vulto financeiro tamanho que imponha ao administrador a elaboração de dispositivos, sempre em atenção à pedra de toque do ato administrativo –a lei – mas com dispositivos que busquem resguardar a Administração de



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
CNPJ 03.648.540/0001-74



aventureiros ou de licitantes de competência estrutural, administrativa e organizacional duvidosa.

Recurso provido (Resp. nº 44.750-SP, rel. Ministro Francisco Falcão, 1ª T., unânime, DJ de 25.9.00)" (sem grifo no original).

Por oportuno, determina a SÚMULA 263 DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO:

"SÚMULA Nº 263/2011 do TCU - Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado."

No presente caso concreto, o Item Editalício questionado está violando o art. 30 da Lei 8.666/93 e a Súmula/TCU 263, pois estes últimos referem-se, respectivamente, à comprovação de "atividade pertinente e compatível" e "serviços com características semelhantes", sendo certo que o Edital em comento traz a necessidade de as proponentes licitantes apresentarem atestados de capacidade técnica através de EXPERIÊNCIA EM EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MAIOR RELEVÂNCIA TÉCNICA aos Licitados, sob pena de inabilitação.

Por outro lado, o item de maior relevância do edital trata de EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, o atestado de capacidade técnica deverá comprovar que o licitante executou serviços de no mínimo de 30%.

Após isso, considerando que a questão versava, em parte, sobre aspectos sobre a avaliação técnica, os quais fogem ao conhecimento do presidente e membros, em razão da complexidade envolvida, a Comissão Permanente de Licitação solicitou do departamento de engenharia, que se manifestasse sobre as razões e contrarrazões, que assim se pronunciou:



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
CNPJ 03.648.540/0001-74



O recurso da empresa ELITON LUIZ LOPES BARROS – ME, em seu item II – Fatos; onde descreve os serviços executados de acordo com atestado de capacidade técnica com suas quantidades, a saber:

Item	Serviços	Quant.	Unid.
1	Construção de 39 Bocas de Lobo com dimensões de (1,30x1,40)m.	70,98	m ²
2	Pisos das 39 bocas de lobo (1,10x1,10)m.	47,19	m ²
3	Construção de 5 tampas de poços de visita (1,50x1,50)m	11,25	m ²
4	Construção de 5 pisos de poços de visita (1,30x1,20)m	7,8	m ²
Total Geral		137,22	m ²

Imagem 03 - fonte: recurso da empresa ELITON LUIZ LOPES BARROS – ME.

Com relação aos serviços apresentados pela empresa e apresentados na imagem 03, foi apenas retratada sua quantidade de acordo com o apresentado com total de 137,22m², mas a referência do edital é em volume (m³), sendo assim se considerarmos a espessura de 0,10m para os serviços executados, temos um volume total de 13,72m³, bem inferior aos 30% exigidos (66,36 m³) sendo que; com relação ao DISSIPADOR DE ENERGIA, não será considerado pois entendemos que o serviço não possui similaridade com a solicitação do edital.

Ou seja; reafirmamos a constatação que a quantidade mínima apresentada pelo edital foi de 66,36 m³ e a quantidade de serviços demonstrados pela empresa em seu recurso foi de 13,72m³.

Dessa forma seguimos o parecer inicial em inabilitar a empresa ELITON LUIZ LOPES BARROS-ME pela não comprovação documental dos 30% do item de maior relevância; conforme prescreve o edital.

O que o dispositivo visa coibir é a exigência infundada, dirigida exclusivamente a privilegiar alguns e afastar outros licitantes, sem qualquer justificativa. No entanto, não fere a competição a exigência de requisitos que, de fato, sejam necessários no caso concreto, face ao objeto a ser contratado.

Ademais, no tocante aos termos do art. 30, § 5º da Lei Federal, temos para nós que o que a Lei veda é a exigência de comprovação de aptidão limitada a tempo ou época (que se caracterizaria se a Administração solicitasse, por exemplo, que a obra ou o serviço deveria estar sendo prestado ou ter sido efetivado no máximo até "X" meses da data da abertura do certame), e em locais específicos (aceitando, por exemplo, apenas a apresentação de atestados fornecidos por empresa da região onde se processa a licitação, ou exigindo a realização da obra em determinado Município), ou ainda outras não previstas na Lei, que inibissem a participação no certame.



4.2. TITANIUM ENGENHARIA EIRELI

Ao analisar a documentação apresentada pela recorrente, verificou-se que a mesma não cumpriu com o item 7.9.7 e não apresentou as certidões XIV, XV, XIX e XX do Edital, vejamos:

7.9.7 - Certidão Negativa de Tributos Municipais fornecida pela Prefeitura Municipal de Diamantino-MT, incluindo Dívida Ativa, ou em substituição a essa certidão poderá ser feita (simples) declaração de que o licitante não possui débitos perante o fisco da Prefeitura de Diamantino-MT;

XIX - Declaração de que conhece o conteúdo do edital e cumprimento dos requisitos de habilitação;

XV- Modelo de declaração de elaboração independente de proposta;

XIX - Declaração de atendimento à lei 12.708/2012;

XX - Declaração de disponibilidade de equipe técnica responsável;

As jurisprudências e doutrinas apresentadas pela empresa tratam de casos simbólicos e formais, os quais não impactam o procedimento licitatório, questão esta que não foi objeto da sua inabilitação.

Analizando os argumentos apresentados o impetrante não apresentou, na época própria, o documento exigido pela regra editalícia. Não há, por outro lado, qualquer demonstração de que a exigência seja descabida. O que restou demonstrado é que o impetrante, por desatenção, deixou de respeitar as regras do edital, pretendendo agora afastá-las sob o argumento de formalismo extremo.

A dispensa da exigência para o impetrante, como requer, também implicaria em quebra à isonomia entre os licitantes, razão pela qual resta afastado o *fumus boni iuris*.

Nesse sentido, entende-se que o edital contém as regras fundamentais do procedimento licitatório, regulamentando as exigências impostas aos interessados e à Administração, estabelecendo as normas procedimentais que serão adotadas.



Nunca é demais lembrar que a administração se vincula ao Edital tal qual a recorrente, a exigência a ela imposta também é igualmente imposta à administração, que ao decidir não só pela sua inabilitação quanto pela de qualquer outro licitante, que afrontasse os termos do edital, está tão somente agindo de forma isonômica, que foi o que realmente motivou a desclassificação da recorrente TITANIUM ENGENHARIA EIRELI.

Ilegal, arbitrária e indevida seria a atuação da Comissão de Licitação da Prefeitura de Diamantino se agisse de forma diversa e em descompasso com as regras previamente estabelecidas no edital, que é a garantia dos licitantes de que a atuação administrativa será isenta, previsível, moral e eficazmente controlada.

Solicitar de modo diverso fulminaria o processo em flagrante desrespeito ao princípio da legalidade e da vinculação ao ato convocatório.

Conclui-se, portanto que esta Administração encontra-se amparada pelas orientações de nossos ilustres doutrinadores, bem como de balizada jurisprudência, a exigência de capacitação técnica registrada no órgão competente, para efeitos habilitatórios, **quando esta tem por finalidade assegurar o interesse público, do qual a Administração não pode se desviar.**

5. DECISÃO

Dada à tempestividade dos recursos, o Presidente e Membros, analisando as razões apresentadas pela impugnante, passa ao mérito.

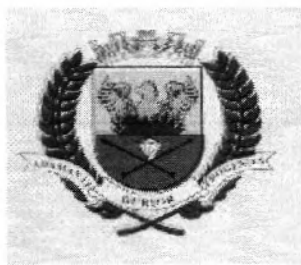
Em que pese às alegações formuladas pelas empresas em seus recursos apresentados, com base na manifestação da área técnica, sugiro o conhecimento do recurso, por atender aos requisitos de admissibilidade para, no mérito, negar-lhes provimento.

Sem mais para o momento, subscrevo-me.

Publique-se.


NICHOLAS DA COSTA MACHADO
Presidente da CPL

Diamantino-MT, 18 de Maio de 2020.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT
CI nº 037/2020– Secretaria de Obras/Setor Engenharia

Diamantino, 11 de Maio de 2020.

ASSUNTO: OFICIO 007/2020/ADM/LICITAÇÃO

Acusamos o recebimento do ofício 007/2020, onde nos é solicitado parecer sobre o recurso da empresa ELITON LUIZ LOPES BARROS – ME, referente ao julgamento da licitação TP 001/2020. Ressaltamos que já houve parecer técnico anterior desfavorável a empresa.

Este parecer será exclusivamente com relação ao item 7.10.2 do edital da Tomada de Preço 001/2020, cujo item refere-se à capacitação técnico-operacional da empresa, onde diz:

*7.10.2 - **Quanto à capacitação técnico-operacional:** apresentação de um ou mais Atestados de Capacidade Técnico Operacional, fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado com identificação, em nome da Licitante, para fins de comprovação de que a mesma tenha executado, com grau compatível em características, quantidades e prazos com objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação.*

O item de maior relevância apresentado no edital foi extraído da planilha orçamentária anexa ao edital:

Item	Descrição do Serviço	Quant.	Unid.
4.4	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	221,2	m³

Imagem 01 - fonte: planilha orçamentária anexa ao edital da TP 001/2020

Recebi em
13/05/2020

Item	Descrição do Serviço	Quant.	Unid.
1	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	66,36	m ³

Imagem 02 - fonte: item 7.10.2 do referido edital TP 001/2020

A imagem 01 é a quantidade total do item previsto para execução, considerada pelo edital de maior relevância, já a imagem 02 está no item 7.10.2 do edital da TP 001/2020, que representa 30% da quantidade total, **é o mínimo exigido pelo edital para habilitação da concorrente**. Este percentual pode ser verificado no item 7.10.6 do mesmo edital OBS1.

O recurso da empresa ELITON LUIZ LOPES BARROS – ME, em seu item II – Fatos; onde descreve os serviços executados de acordo com atestado de capacidade técnica com suas quantidades, a saber:

Item	Serviços	Quant.	Unid.
1	Construção de 39 Bocas de Lobo com dimensões de (1,30x1,40)m.	70,98	m ²
2	Pisos das 39 bocas de lobo (1,10x1,10)m.	47,19	m ²
3	Construção de 5 tampas de poços de visita (1,50x1,50)m	11,25	m ²
4	Construção de 5 pisos de poços de visita (1,30x1,20)m	7,8	m ²
Total Geral		137,22	m²

Imagem 03 - fonte: recurso da empresa ELITON LUIZ LOPES BARROS – ME.

Com relação aos serviços apresentados pela empresa e apresentados na imagem 03, foi apenas retratada sua quantidade de acordo com o apresentado com total de **137,22m²**, mas a referencia do edital é em volume (m³), sendo assim se considerarmos a espessura de 0,10m para os serviços executados, temos um volume total de **13,72m³**, bem inferior aos 30% exigidos (66,36 m³) sendo que; com relação ao DISSIPADOR DE ENERGIA, não será considerado pois entendemos que o serviço não possui similaridade com a solicitação do edital.

Ou seja; **reafirmamos a constatação que a quantidade mínima apresentada pelo edital foi de 66,36 m³ e a quantidade de serviços demonstrados pela empresa em seu recurso foi de 13,72m³.**



Dessa forma seguimos o parecer inicial em inabilitar a empresa ELITON LUIZ LOPES BARROS-ME pela não comprovação documental dos 30% do item de maior relevância; conforme prescreve o edital.

Sem mais para o momento, estamos à inteira disposição para qualquer dúvida ou esclarecimento.



Márcio Roberto Soares
Engenheiro Civil

Ao. Sr.
Nicholas Machado
Setor de Licitação



DESPACHO DA AUTORIDADE SUPERIOR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 103/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2020

OBJETO: TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA E REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA FRANCISCO FERREIRA MENDES NO BAIRRO DA PONTE NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.

RECORRENTES:

- 1. ELITON LUIZ LOPES BARROS - ME**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 18.627.821/0001-44;
- 2. TITANIUM ENGENHARIA EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 20.103.907/0001-93.

Trata-se de Recursos Administrativos interpostos pelas empresas acima, em face da decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação do Município de Diamantino-MT, na sessão de julgamento da Tomada de Preços nº 001/2020 – Referente à inabilitação das mesmas.

O recurso interposto pela empresa ELITON LUIZ LOPES BARROS - ME, se deu em decorrência da decisão da Comissão Permanente de Licitação, ao julgar inabilitada as signatárias do Edital da Tomada de Preço nº 001/2020, adotando como fundamento para tal decisão, o fato da Recorrente deixar de atender o "item 7.10.2" do edital, o qual trata da qualificação técnica.

Quanto ao recurso interposto pela empresa TITANIUM ENGENHARIA EIRELI, alega que a Comissão Permanente de licitação desclassificou a empresa por apresentar os documentos em desacordo, não atendendo ao item 7.9.7 do edital, e deixou de apresentar as declarações referentes ao anexo XIV, XV, XIX e XX do edital sendo a empresa inabilitada do certame. A empresa solicita da digna Comissão Permanente de Licitação, a sua habilitação para próxima fase do certame, em respeito ao interesse público, obtenção da proposta mais vantajosa à Administração, e maior participação de empresas no certame.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
CNPJ 03.648.540/0001-74



Sem maiores delongas as recorrentes pedem que sejam acolhidos os seus recursos e que sejam devidamente habilitadas no certame em epigrafe.

Vistos e relatados os autos de licitação na modalidade acima mencionada, verifica-se que Comissão Permanente de Licitação, frente aos recursos administrativos interpostos, de modo individual a cada peça recursal, e a cada fato apresentado nos documentos, bem como de acordo com documento técnico do setor de engenharia da Prefeitura, acostados nos autos do referido processo, no mérito julgaram:

Pelo não provimento aos recursos das empresas **ELITON LUIZ LOPES BARROS – ME** e **TITANIUM ENGENHARIA EIRELI** quanto a todas as alegações argüidas, mantendo na integra a decisão proferida durante a sessão de julgamento da licitação.

Em tempo, na qualidade de autoridade superior competente, e após analisar o julgamento dos recursos administrativos, bem como os documentos anexos ao julgamento, acompanho a decisão da CPL, e manifesto pela **ratificação na integra da decisão proferida pelo Presidente da Comissão e seus Membros.**

Publique-se, registre-se e intime-se.

Diamantino-MT, 18 de Maio de 2020.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal